

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

### REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Do Sr. Deputado Domingos Dutra PT/MA)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater os graves problemas ambientais, religiosos, culturais, arqueológicos, sociais e jurídicos da construção da **Avenida Via Expressa São Luís**, na cidade de São Luís, do Estado do Maranhão.

Sra. Presidenta,

Requeiro a V.Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a construção da **Avenida Via Expressa São Luís** na cidade de São Luís do Estado do Maranhão sendo convocados: i) Excelentíssimo Sr. Gastão Vieira Lima, Ministro do Turismo; ii) Sr. Jorge Luís, Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Maranhão, iii) O senhor Leão, Superintendente do IBAMA Alberto Chaves Paraguaçu, no Estado do Maranhão; e iv) da Dra. Kátia Santos Bogéa, Superintendente do IPHAN no Estado do Maranhão. Como convidados: i) o Dr. Alexandre Silva Soares, Procurador Federal da República no Estado do Maranhão; ii) o Dr. Fernando Barreto, Promotor Público do Ministério Público do Maranhão; iii) Dr. Yuri Costa Defensor Público da União no Estado do Maranhão e iv) um representante da comunidade de Vinhais Velho, Carlos Magno Santos Jacinto Penha.

## JUSTIFICATIVA

A construção da **Via Expressa**, na capital do Maranhão, São Luís, com aproximadamente **06Km** (seis quilômetros) de extensão, para interligar as Avenidas Colares Moreira, Carlos Cunha, Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche ao custo inicial de **R\$ 105 (cento e cinco) milhões, sendo R\$ 20 (vinte) milhões** decorrentes de convênio firmado com o **Ministério do Turismo, que implicará em graves impactos sociais, culturais, religiosos e sociais.**

A primeira fase da Via já foi iniciada em agosto deste ano, compreende a construção de cerca de 1.880 km de extensão e uma ponte de 244 metros.

A *Via Expressa São Luís* é, portanto, apesar da pequena extensão, uma obra de grande porte para o Estado do Maranhão, seja pelos recursos orçamentários alocados, seja pelo impacto ambiental, sócio-cultural-religioso que está causando às populações atingidas.

Uma das alças da mencionada Via Expressa atingirá a **VILA VINHAIS VELHO**, fundada no início do século XVII. A antiguidade da Vila Vinhais Velho é atestada pela **IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA**, fundada em 20 de outubro de 1612, portanto há 399 anos; pela existência do cemitério do final do século XVII; pela construção de um Porto de embarque e desembarque, no Governo Newton Belo, na década de 1970; pela escola municipal Oliveira Roma, inaugurada na década de 1970; pelo antigo campo de futebol; pelas diversas fontes naturais antigas; pelas reservas de manguezais; pela existência de ipês e outras espécies de vegetação nativa e pela existência das pessoas.

Por outro lado, além da Comunidade Vinhais Velho, de acordo com a matéria jornalística ***Ambientalistas rejeitam 'Via Expressa' de Roseana em área verde***, de autoria de Jully Camilo publicada em 15 de setembro no JP, os moradores do conjunto do Maranhão Novo, por meio da Associação dos Amigos e Usuários do Parque Ecológico (Assuape), consideram que a Via Expressa, da forma prevista, irá destruir a área verde e um parque e fauna existentes no bairro. A Via Expressa prevê até a construção de uma rotatória dentro do parque, destruindo mais de 1.200 árvores de grande porte como pau-brasil, o ipê e a maçaranduba, protegidas por lei.

É inadmissível o aporte de recursos públicos, inclusive do Governo Federal, para destruir o patrimônio histórico, cultural e ambiental, vitimando

famílias tradicionais, com destruição de vínculos religiosos, culturais, sociais e de parentesco.

Desde o início da construção da Via Expressa, os moradores da Vila e demais cidadãos de São Luis se mobilizaram para discutir a obra e evitar a destruição do patrimônio histórico e cultural. Já acionaram a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Estadual e Federal, os órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio ambiental e histórico, além de diversas atividades para sensibilizar e informar a sociedade maranhense e brasileira dos abusos que estão acontecendo com a construção da Via Expressa.

A Via Expressa é uma obra secreta, sendo sonegada informações elementares à população e às populações atingidas, fato que afronta o princípio constitucional da publicidade. As populações que serão vitimadas pelo empreendimento jamais participaram de qualquer reunião ou audiência sobre a obra, tendo que ingressa com Mandado de Segurança para obterem informações de seu interesse.

Em face da postura autoritária do Governo Estadual e diante das ameaças ao território e aos direitos culturais, religiosos de uma comunidade tradicional, a população do Vinhais Velho está apelando ao Papa na esperança de sua santidade toque na mente e no coração da governadora, evitando este genocídio em pleno século 21, à luz do dia, no centro da capital do Maranhão. Em face da participação de recursos da União neste empreendimento questionável e em face das violências aos direitos humanos, fatos que atraem a competência fiscalizatória do Congresso Nacional, torna-se oportuna e urgente a presente audiência pública.

Portanto, a realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos se somaria a essas ações e promoveria a visibilidade do problema que ameaça um patrimônio nacional.

Câmara dos Deputados, 21 de novembro de 2011.

“Justiça se faz na luta!”

**DOMINGOS DUTRA**

Deputado Federal – PT/MA